

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Secretaria-Geral.....	1
Plenário.....	31
Corregedoria Nacional.....	32

SECRETARIA-GERAL**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

9ª Sessão Ordinária de 2017

Dia: 09/05/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1) Aprovação das Atas da 7ª Sessão Ordinária (18/04/17) e da 8ª Sessão Ordinária (25/04/17).

Processos com Pedidos de Vista**Pedido de Vista em 14/06/2016**

- 2) Proposição nº 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo nº 0.00.000.001569/2014-04)
- Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
- Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
- Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- Origem: Brasília
- Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 21/02/2017

5) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 14/03/2017

6) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª

Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 25/04/2017

7) Correição n.º 0.00.000.000379/2016-23

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

8) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80

Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

9) Correição n.º 0.00.000.000486/2016-51

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 8ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 24ª Promotoria de Justiça

Cível de Vitória/ES e 27ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, nas 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES e 3ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy/ES e na Procuradoria de Justiça Recursal.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

10) Correição n.º 0.00.000.000001/2017-19

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidade da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - PE.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (09/05/2017)

11) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000395/2015-35 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000480/2014-12)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

12) Correição n.º 0.00.000.000378/2016-89

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

13) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000414/2016-12

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado da Paraíba em relação aos fatos e irregularidades, em tese, descritos nos referidos relatórios do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

- 14) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000476/2016-16
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa à realização de visita técnica de acompanhamento no Estado do Rio Grande do Norte, em relação às unidades do sistema socioeducativo, em atenção ao determinado na decisão plenária proferida no PIC nº 0.00.000.000889/2015-10.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 15) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000008/2017-22
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa à realização de visita técnica no Estado do Paraná, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 16) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000009/2017-77
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa à realização de visita técnica no Estado do Tocantins em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 17) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000035/2017-03
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa realizar visita técnica no Estado da Bahia, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 1) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº

233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/01/2016

3) Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 21/06/2016

4) Proposição nº 1.00236/2016-01

Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/09/2016

5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Mato Grosso

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/11/2016

6) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

7) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35

Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.

Advogado: Carlos Humberto Fauaze Filho – OAB/DF nº 43188

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 14/02/2017

8) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 21/02/2017

9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini

Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258

Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

10) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 14/03/2016

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17

Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessado: David Raimundo Santos

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Bahia

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

12) Pedido de Providências nº 1.00271/2016-11

Requerentes: Fabrini Muniz Galo; Luisa Domingues Ferreira Alves

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho da 1ª Região. Inquérito Civil nº 002908.2015.01.000/8-14. Restrição de acesso aos autos.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Rio de Janeiro

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

13) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00053/2017-59

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessado: Helena Fiúza do Amaral

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Preservação da decisão proferida no Procedimento Avocado n.º 0.00.000.001857/2010-27. Atos do Colégio de Procuradores de Justiça e do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 28/03/2016

14) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Bahia

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 25/04/2017

- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00176/2016-54
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Procedimento Administrativo Disciplinar. Falta de zelo no cumprimento das funções. Excesso de prazo. Descumprimento de atos normativos. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camocim/CE.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00315/2016-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Daniel Holanda Leite – OAB/CE n.º 13.714; Rodrigo Freire Carvalho – OAB/CE n.º 22.886
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 82/2016. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000016/2016-98. Falta de zelo nas funções. Excesso de Prazo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00844/2016-61
Requerentes: Alexandre de Castro Coura; Arlinda Maria Barros Monjardim; Bruno Araújo Guimarães; Carla Mendonça de Miranda Barreto; Carolina Cassaro Gurgel; Fabíula de Paula Secchin; Flávio Guimarães Tannuri; Gustavo Senna Miranda; Isabela de Deus Cordeiro; Jane Maria Vello Corrêa de Castro; Letícia Lemgruber Francischetto; Luis Augusto Suzano; Marcelo Barbosa de Castro Zenkner; Mariana Souto de Oliveira Giuberti; Nícia Regina Sampaio; Pablo Drews Bittencourt Costa; Patrícia Calmon Rangel; Rodrigo Monteiro da Silva; Sabrina Coelho Machado Fajardo; Viviane Barros Partelli Pioto
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conselho Superior. Editais n.º 022/2016, 023/2016 e 024/2016, para preenchimento de cargos vagos na instituição por remoção ou promoção. Requer implementação de pontuação correspondente a

cada critério objetivo de merecimento, não prevista nos editais. Pedido de liminar

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01050/2016-24

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Controle da Resolução CSMP/ES nº 53/2016. Suspensão dos procedimentos de movimentação na carreira. Acórdão proferido no PCA nº 1.00844/2016-61. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

19) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

23) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

24) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

25) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti
Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

- 26) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição nº 1.00724/2016-37
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00944/2016-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão (14/02/2017)

33) Proposição nº 1.00927/2016-79

Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP n.º 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (21/02/2017)

34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01044/2016-02

Requerente: Synval Tozzini
Advogados: Braz Martins Neto – OAB/SP n.º 32.583; Mônica Moya Martins Wolff – OAB/SP n.º 195.096; Rachel Figueiredo Cavalcante – OAB/SP n.º 264.748; Martileide Vieira

Perroti – OAB/SP n.º 203.711

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: MPF. Conselho Superior. Revisão. PAD n.º 1.00.002.000147/2013-57.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

35) Pedido de Providências n.º 1.00282/2016-10

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público brasileiro. Acompanhamento do cumprimento da Resolução Conjunta CNMP/CNJ n.º 2/2011. Cadastro nacional de informações sobre ações coletivas (CNJ). Inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta (CNMP).

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

36) Pedido de Providências n.º 1.00441/2016-59

Requerente: Matheus Martins Moitinho

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor de Justiça titular. Atuação. Comarca de Acajutiba.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Bahia

37) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00939/2016-20

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (28/03/2017)

38) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00022/2016-71

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Adelmano Wellerson de Souza Benigno – OAB/MA nº 14.682
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. RD n.º 0.00.000.00747/2014-71. Falsidade ideológica. Prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

39) Reclamação Disciplinar nº 1.00512/2016-04 (Recurso Interno)

Recorrente: João Vita Fragoso de Medeiros
Advogados: João Vita Fragoso de Medeiros – OAB/PE n.º 12058; Melina Lyra de Almeida – OAB/PE n.º 1038-B
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco

40) Reclamação Disciplinar nº 1.00588/2016-58 (Recurso Interno)

Recorrentes: Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI-DF; Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF
Advogados: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF n.º 18.503; Andréia Moraes de Oliveira Mourão – OAB/DF n.º 11.161
Recorrido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2016-82
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01068/2016-08
Requerente: Silvio Paulo Brabo Rodrigues
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processos referentes à matéria ambiental. Distribuição às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Reconhecimento de caráter residual das Promotorias de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01072/2016-20
Requerente: Elias Oliveira Silva Junior
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 14. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Goiás
- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2016-84
Requerente: Lorena Falcão Macedo
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 8. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento da requerente no certame. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Goiás
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01075/2016-91
Requerente: Marco Túlio Félix Rosa
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que não acatou parecer favorável da banca

examinadora. Recursos da prova oral relativa ao grupo II. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00001/2017-19

Requerente: Bruna de Paiva Canesin

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso de Ingresso na Carreira. Desconstituição de ato administrativo que indeferiu recurso. Requer habilitação para prova de tribuna. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00442/2016-02

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Advogados: Aloísio Zimmer Júnior – OAB/RS nº 42.306; Ana Paula Mella Vicari – OAB/RS nº 87.433

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Carreira. Servidores. Irregularidades. Desvio de função. Assistente de Promotores.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Rio Grande do Sul

48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: São Paulo

49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00947/2016-68

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Piauí

- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00953/2016-98
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
- 51) Pedido de Providências nº 1.00977/2016-00
Requerente: Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Leandro Rogério Chaves – OAB/SP nº 104273
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Interessados: Helio Telho Correa Filho; Mariana Guimarães de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Alegação de atuação funcional reprovável em Ação Cautelar e Ação Civil Pública. Divulgação midiática dos fatos sobre os atos processuais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Goiás
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01007/2016-87
Requerente: Eduardo Brasil Dantas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Art. 70, X, da Lei n.º 066/93, que dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos Estaduais. Art. 52, da Constituição Estadual. Adicional de interiorização para servidores lotados nas comarcas do interior. Requer a regulamentação do dispositivo pelo MP/AP.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Amapá
- 53) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00043/2017-04
Requerentes: Arion Rolim Pereira; Gustavo Henrique Rocha de Macedo; Rodrigo Leite Ferreira Cabral; Walber Alexandre de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Advogado: Carlos Alberto Barbosa Ferraz – OAB/SP nº 105.113
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2015. Prescrição da pretensão administrativa. Decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Paraná

54) Pedido de Providências nº 1.00051/2017-41

Requerente: Rodrigo Diegues Cruz

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Infraestrutura de Promotorias. Determinação para melhoria na qualidade estrutural das unidades de Cajamar. Conformidade com inspeção realizada no âmbito do MP/SP. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: São Paulo

55) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

56) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00093/2017-37

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2016.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Piauí

57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00189/2017-50

Requerente: Narcizo Correia de Souza Filho

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Nomeação. Concurso público para provimento de cargos de níveis médio e superior. Descumprimento de nomeação para vagas de forma regionalizada. Reconhecimento da nomeação do requerente para vaga no Município de Corrente ou no Município de Bom Jesus.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Piauí

58) Pedido de Providências nº 1.00206/2017-68

Requerente: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Deputado Padre João
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tragédia da Boate Kiss. Arquivamento do inquérito para apurar responsabilidades de servidores municipais. Ajuizamento de ações de calúnia e difamação em face dos pais das vítimas. Nota pública posicionando-se contra Promotores de Justiça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul

Processos desta Sessão (09/05/2017)

59) Pedido de Providências nº 1.00010/2016-10

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Providências. Atuação da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará. Impossibilidade de diálogo. Administração autoritária. Sindicato representante dos servidores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Pará

60) Proposição nº 1.00120/2016-08

Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Proposta de Resolução que altera a Resolução n.º 13/2006, que regulamenta o art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 26, da Lei n.º 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

61) Proposição nº 1.00183/2016-38

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

62) Proposição nº 1.00207/2016-21

Requerente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos

no órgão.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

63) Proposição nº 1.00208/2016-85

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Reserva aos negros de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso nas carreiras do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

64) Reclamação Disciplinar nº 1.00372/2016-00 (Recurso Interno)

Recorrente: Eduardo Canavarros de Arruda

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Santa Catarina

65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00401/2016-70

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogados: Daniele de Araujo Gomes Vasconcelos – OAB/CE n.º 24.922; José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4697

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 100/2016. Instauração de processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Falta de zelo pelas garantias e prerrogativas institucionais e processuais. RD nº 0.00.000.000012/2016-18.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

66) Pedido de Providências nº 1.00506/2016-84 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Clara Mendonça Perim

Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria de Justiça Cível. Violação do Princípio do Promotor Natural.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Espírito Santo

67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00632/2016-39

Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Remessa de projeto de lei ao parlamento cearense. Revisão Geral Anual dos Servidores do MP/CE. Índice de 10,67% retroativo a 01/01/2016.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Ceará

68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00663/2016-26

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA n.º 7.262

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever funcional. Base na RD nº 1.00526/2016-73.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

69) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2016-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Antonio Cesario Pereira Junior

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Santa Catarina

70) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00782/2016-05

Requerentes: Ana Cecilia Rosario Ribeiro; Antonio Rodrigues de Moura; Fernando Ferreira dos Santos; Flávio Teixeira de Abreu Júnior; Luciano Lopes Nogueira Ramos; Marcelo de Jesus Monteiro Araújo; Maria do Amparo de Sousa; Myrian Goncalves Pereira do Lago; Nielsen Silva Mendes Lima; Rita de Fatima Teixeira Moreira e Souza; Vando da Silva Marques

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Decisões. Processos nºs 0.00.000.000865/2014-80, 0.00.000.001524/2014-21 e 1.00319/2016-19. Determinação de republicação dos Editais nºs 003/2016 a 008/2014 pelo Conselho Superior. Promoção/Remoção. Entrância Final. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Piauí

- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.00783/2016-50 (Embargos de Declaração)
Embargante: Robson Martins
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público Federal lotado no Estado do Paraná.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Paraná
- 72) Reclamação Disciplinar nº 1.00793/2016-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcos Domingos Luiz
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro
- 73) Pedido de Providências nº 1.00901/2016-58 (Recurso Interno)
Recorrente: Willis Augusto Dias Ferreira
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Processo nº 0004415-53.2015.8.13.0231. Alteração de autor e vítima. Juizado Especial Criminal da Comarca de Ribeirão das Neves.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Minas Gerais
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00915/2016-17
Requerente: Luis Eduardo Pena Gonçalves
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Procuradoria Geral de Justiça. Alegação de irregularidades nos pagamentos de passagens aéreas emitidas por meio de milhagem pela empresa de turismo contratada.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Amapá
- 75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00928/2016-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 256/2016. RD nº 1.00216/2016-12. Processo administrativo disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Infração disciplinar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

- 76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00933/2016-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2016-60
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00941/2016-36
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00943/2016-43
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00951/2016-80
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00954/2016-41
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00961/2016-25
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Cumprimento. Art. 4º, p. único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 83) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00966/2016-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ausência injustificada durante Inspeção e expediente forense. Portaria CNMP-CN nº 261/2016. Baseada na Sindicância nº 0.00.000.000338/2016-37.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01045/2016-58
Requerente: Rodrigo Jaci Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Permuta por servidores que se encontram às vésperas da aposentadoria. Prejuízo na abertura de editais de remoção que beneficiem demais servidores em ampla concorrência. Requer controle de ato concreto e normatização dos critérios de permuta em casos similares.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Santa Catarina
- 85) Reclamação Disciplinar nº 1.01051/2016-88 (Recurso Interno)
Recorrentes: Fernando Fernandes de Lima; José Fernandes de Lima; José Fernandes de Lima Junior
Advogados: Wilmar Pereira dos Santos – OAB/RJ nº 83018; Mayra Coimbra Rickmann – OAB/RJ

n.º 161226

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio de Janeiro

86) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00016/2017-31

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 2015.00732839.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio de Janeiro

87) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00040/2017-43

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Edson Carvalho Vidigal – OAB/DF n.º 3.819
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Violação do dever funcional.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

88) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00042/2017-50 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Roberto Pinto dos Santos
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça. Indicação de Promotores de Justiça para o exercício das funções eleitorais. 93ª e 270ª Zonas Eleitorais de Piracicaba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo

89) Proposição n.º 1.00057/2017-73

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Interessados: Alberto Freire Ledur; Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE; Fernando Cezar Pereira da Silva; Fernando Ribamar Viana Neto; Francisco Antonio Tavora Colares; Jacira Costa Silva; João Paulo de Freitas Souza; Maurício Santos Matos; Márcio Gleyson Silva e Bittencourt; Sindicato dos Servidores

do Ministério Público do Estado da Bahia; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás – SINDSEMP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amapá – SINDSEMP-AP; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Vanderlei Cristo Mendonça

Advogados: Mário de Andrade Macieira – OAB/MA n.º 4.217; José Guilherme Carvalho Zagallo – OAB/MA n.º 4.059; Gedecy Fontes de Medeiros Filho – OAB/MA n.º 5.135; Felipe José Nunes Rocha – OAB/MA n.º 7.977; Maíra de Jesus Freitas Passo – OAB/MA n.º 8.139; Wagner Antônio Sousa de Araújo – OAB/MA n.º 11.101; Jhonatas Mendes Silva – OAB/MA n.º 10698; Rayssa Reis de Castro – OAB/GO n.º 29.374; Thiago Pimentel Santiago – OAB/BA n.º 32.925

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Revogação da Resolução CNMP n.º 53/2010. Revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público. Conforme art. 37, X, da Constituição Federal.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

90) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00066/2017-64

Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Regulamentação do regime de plantão em dias úteis no período noturno. Extinção de prazo. Em cumprimento à decisão proferida no PIC CNMP n.º 0.00.000.000163/2016-68.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

91) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00067/2017-18

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Tocantins

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins

Advogado: Victor Dourado Santana – OAB/TO n.º 4.701-A

Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Revisão de processo disciplinar CPJ n.º 019/2016 (Inquérito Administrativo n.º 001/2014 e autos CSMP n.º 016/2015). Decisão absolutória proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Tocantins

92) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00091/2017-20

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Francisco das Chagas Rebelo Junior – OAB/PI n.º 3.518
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 002/2015.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Piauí

93) Reclamação Disciplinar n.º 1.00101/2017-54 (Recurso Interno)

Recorrente: Jane Cozzolino
Advogado: Aidê Raquel da Mata Soares Pacheco – OAB/RJ n.º 160848
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada para apurar conduta de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Antonio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro

94) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00137/2017-10

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogados: Aluisio Lundgren Correa Regis – OAB/DF n.º 18.907; Ana Julia Moraes Mendonça – OAB/DF n.º 27.586
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Conclusão exarada no Processo Administrativo Disciplinar n.º 001.2016.008205 pelo Conselho Superior do Ministério Público. Baseada nas conclusões da Reclamação Disciplinar CNMP n.º 1.00761/2016-54.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

95) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00155/2017-00

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão da conclusão do PAD instaurado pela Portaria CGMP n.º 005/2015. Aplicação da penalidade de censura.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

96) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00179/2017-05

Requerente: Celso Rovian Marques Andriola

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Concurso Público para provimento de cargo de Secretário de Diligências. Supostas irregularidades na organização. Indeferimento do pedido de anulação do concurso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio Grande do Sul

97) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00211/2017-34

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar Sumário n.º 247405/2014. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia. Absolvição. Decisão supostamente contrária à evidência dos autos.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

98) Proposição nº 1.00233/2017-30

Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uniformização da numeração dos procedimentos administrativos da área-meio nas unidades e ramos do Ministério Público e no Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

99) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00251/2017-12

Requerente: Fabio Henrique Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Omissão e inércia. Apuração de irregularidades em cumprimento de pena. Andamento em processo de progressão de regime.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Pernambuco

100) Pedido de Providências nº 1.00281/2017-56

Requerente: Cicero Neves de Magalhães
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Atuação. Processo que envolve guarda de menor. Fatos novos. Decisão proferida no Pedido de Providências nº 0.00.000.000125/2014-43.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Maranhão

101) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00285/2017-70

Requerente: Alexandre Engel

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Concurso Público de Secretário de Diligências. Questão 40. Não previsão do conteúdo programático, conforme Edital 104/2016 e 144/2016. Pedido de anulação. Edital n.º 52/2017, o qual homologou a seleção. Pedido de liminar, no sentido de suspender a nomeação de aprovados.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Rio Grande do Sul

102) Proposição nº 1.00298/2017-86

Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Alteração da Recomendação CNMP nº 47/2016. Notificação consular. Aplicação do art. 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Cientificação do Cônsul do país a que pertence o estrangeiro, sempre que este for preso.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2017

Procedimento Interno de Comissão Nº 0.00.000.000520/2016-98

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

DECISÃO

Acolho o parecer exarado pelo membro auxiliar da CIJ - Comissão da Infância e Juventude de fls.09, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 43, inciso IX, “b”, do RICNMP.

Intime-se a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Publique-se.

Brasília/DF, 30 de Janeiro de 2017.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Presidente da Comissão de Infância e Juventude
Conselheiro Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL

Portaria CNMP-CN nº 00083, de 25 de abril de 2017.

Instaura Correição Extraordinária no 4º Ofício da Procuradoria da República de Porto Velho/RO.

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 67, § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar inspeções, correições e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação *in loco* do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados;

RESOLVE:

1. Instaurar Correição Extraordinária no 4º Ofício da Procuradoria da República de Porto Velho/RO, cujos trabalhos serão realizados no período de 05 a 07 de junho de 2017, com a finalidade de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais daquele órgão.
2. Designar para procederem os trabalhos o Procurador do Trabalho César Henrique Kluge e o Promotor de Justiça do MP/SE Rafael Schwez Kurkowski.

3. Determinar que sejam oficiados os Senhores Procurador-Geral da República, Corregedor-Geral do Ministério Público e Procurador-Chefe da Procuradoria da República de Porto Velho/RO, informando-os da Correição, convidando-os para acompanhar os trabalhos.

4. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Correição Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no *site* do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autue-se; publique-se; registre-se; comunique-se; cumpra-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público